

Bresser estuda conversão da dívida

CESAR FONSECA
Da Editoria de Economia

A partir desta semana, o ministro da Fazenda, Bresser Pereira, e o presidente do Banco Central, Fernando Milliet, começarão a analisar a proposta de transformar parte da dívida em capital de risco. Ela tem o aval da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), que a estimula, dos credores internacionais, possivelmente os principais interessados, mas deverá encontrar nos parlamentares constituintes o principal obstáculo.

O ministro e o presidente do BC, para não ferirem suscetibilidades nacionalistas, deverão partir de um critério específico: a conversão da dívida em capital, de forma alguma, implicará em perda de controle acionário das empresas estatais devedoras junto aos credores internacionais. São elas responsáveis por cerca de 80 por cento do total da dívida externa brasileira de 115 bilhões de dólares.

O credor interessado em converter a dívida em capital receberia ações das estatais sem direito a voto, ou haveria a limitação do percentual a ser convertido, o que evitaria o perigo de desnacionalização. Através desse processo, a Fiesp acha que seria possível converter em capital um total de 40 bilhões de dólares, aproximadamente.

O entusiasmo da Fiesp em relação à conversão se baseia no fato de que se implementada as vantagens seria o saneamento financeiro e o aporte de capital. Adicionalmente, representaria a introdução de uma nova mentalidade gerencial nas empresas estatais que passariam a ser administradas sob critérios empresariais privados: eficiência administrativa, competição e lucro.

A idéia da conversão que o ministro Bresser e o presidente do BC, Milliet, começarão a discutir é uma variação da discussão anteriormente iniciada pelo ex-ministro Dilson Funaro e sua

equipe pela criação de uma holding estatal, através da qual se imaginava a colocação em prática do mecanismo da conversão da dívida por outros meios.

Pela holding, conforme pregava os economistas Luiz Gonzaga Belluzzo e João Manoel Cardoso de Mello, a holding estatal lançaria no mercado primário lotes de ações das empresas estatais que poderiam ser adquiridos com generosos descontos. Posteriormente, ações das empresas seriam jogadas na bolsa.

O obstáculo maior que o ministro Bresser Pereira e o presidente do BC encontrarão, certamente, será a reação dos parlamentares constituintes. A idéia da conversão, no momento em que se discute no Congresso o controle da negociação da dívida por parte do Poder Legislativo, esbarrará na facção do PMDB que propõe maior autonomia nacional frente aos credores.

Bresser Pereira tem utilizado o argumento de que o perfil da economia brasileira não é mais o que se apresentava a partir da década de 40 quando a palavra de ordem era o fortalecimento do nacionalismo.

Na década de 80, portanto, pela avaliação do ministro da Fazenda, não se justifica o retorno do nacionalismo em face da acelerada internacionalização da economia brasileira.

A conversão da dívida tende a polarizar a discussão e certamente gerará resistências, mas os economistas oficiais estão convictos de que do ponto de vista da sociedade competitiva, capitalista, a saída em favor da privatização é a única que se apresenta para o País dispor de condições para negociar satisfatoriamente com os credores.

Na Fazenda, os economistas entendem que a conjuntura econômica internacional caminha neste sentido, principalmente diante da estratégia econômica que está começando a ser colocada em prática pelo governo Reagan, pressionado pelos seus

volumosos déficits comercial e orçamentário cuja estratégia foi supervalorizar o dólar norte-americano.

O resultado da estratégia dos EUA foi a explosão do déficit comercial e do déficit orçamentário, que, agora, estão levando o Partido Democrata, com maioria na Câmara, a pressionar em favor do protecionismo comercial e, conseqüentemente, lançar sombrias perspectivas sobre o futuro das economias dos países devedores que têm no mercado norte-americano (como é o caso do Brasil) o principal absorvedor de suas exportações.

A estratégia do Plano Baker, em favor da privatização e da abertura comercial, se insere, também, nesse novo contexto, e a discussão que se inicia agora sobre a conversão da dívida brasileira em capital de risco faz parte desse processo. Ela é peça importante do jogo maior da negociação da dívida externa que deverá ser detonada assim que Bresser Pereira concluir o seu ansiosamente esperado "programa de consistência macroeconômico".

A disposição do ministro de dialogar com o FMI e a contrapartida de boa vontade revelada pelo Banco Mundial em negociar créditos no valor de 700 milhões de dólares que estavam suspensos há alguns meses — interpretada como jogo de boa vizinhança com um ministro de comportamento oposto ao do ex-ministro Funaro frente aos credores — é sinal de que o seu consistente programa macroeconômico é confiável aos credores e ao Fundo e poderá abrir portas junto aos bancos particulares. Paralelamente, a disposição do presidente do BC de dar início à regulamentação da conversão da dívida em capital de risco também indica que o consistente programa de Bresser não prevê alterações bruscas na área cambial e, portanto, será confiável. Pelo menos, ele buscará solucionar o gargalo principal da economia: a crise do balanço de pagamentos.

24 MAI 1987